

ANEXO IV

CONTRATO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA N°

PROCESSO 01-P-34290/2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, entidade autárquica de regime especial do Governo do Estado de São Paulo, com sede na Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Distrito de Barão Geraldo, Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.068.425/0001-33, neste ato legal e estatutariamente representada, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado **a EMPRESA**, inscrita no CNPJ/MF n° _____, com sede à Rua _____, N° _____ – BAIRRO, CIDADE / ESTADO, CEP _____, neste ato devidamente representada por nome e rg, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si justo e contratado a prestação de serviços objeto do Pregão Eletrônico DGA n° 601/2014, processo 01-P-34290/2013, homologado pela(o) em / / e mediante as seguintes Cláusulas:

CLÁUSULA UM – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente contratação é a **Reforma de Sanitários do Prédio “C” do IFGW – Instituto De Física “Gleb Wataghin” da UNICAMP**, conforme especificações contidas no Anexo I do edital.

1.2. O fornecimento de todo material, ferramentas, equipamentos e mão-de-obra, necessárias à perfeita e integral execução dos serviços é de responsabilidade da Contratada.

1.3. O endereço do local onde será executado o serviço é: Rua Sérgio Buarque de Holanda, n° 777 – Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Campinas/SP.

1.4. O edital e a proposta da Contratada, independentemente de transcrição, integram o presente instrumento como se partes dele fossem.

CLÁUSULA DOIS – DO PRAZO

2.1. O prazo de vigência do Contrato será da data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, observando-se o cumprimento fiel dos prazos aqui fixados para início, execução e entrega dos serviços, sob pena de incorrer nas sanções contratuais estabelecidas na Cláusula Doze deste instrumento.

2.2. O adimplemento das obrigações aqui ajustadas admite prorrogação, nos termos do § 1º do art. 57 da Lei Federal n° 8.666/93, desde que ocorra algum dos eventos descritos nos incisos I a VI do aludido parágrafo, por meio de Termo Aditivo e mediante justificativa por escrito e autorização da autoridade competente.

2.3. Na execução do Contrato serão observados os seguintes prazos:

- a) 120 (cento e vinte) dias para início, término e a entrega do serviço, conforme estabelecido no subitem 10.1 do edital.
- b) 10 (dez) dias para o recebimento provisório; e,
- c) 90 (noventa) dias para o recebimento definitivo.

CLÁUSULA TRÊS – DO VALOR E DO ORÇAMENTO

3.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ (), sendo:

- a) R\$ referente a mão-de-obra;
- b) R\$ referente aos materiais.

3.2. As despesas serão pagas, conforme segue:

- a) R\$ a conta de recursos orçamentários na(s) funcional(is) programática(s), no elemento econômico .
- b) R\$ a conta de recursos oriundos do(s) convênio(s) no elemento econômico

CLÁUSULA QUATRO – DA GARANTIA

4.1. A Adjudicatária deverá, no ato da assinatura do Contrato, constituir garantia para seu cumprimento em favor da Contratante correspondente a 5% do valor contratado.

4.2. A Adjudicatária poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro;
- b) Títulos da Dívida Pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- c) seguro garantia; ou,
- d) fiança bancária.

4.3. A garantia será recolhida conforme segue:

- a) depósito no Banco Santander, Agência 0207 e Conta Corrente 43.010.002-3, anexando cópia ao Contrato, no caso de caução em dinheiro;
- b) para as modalidades descritas nas letras “b”, “c” e “d” do subitem anterior, apresentar o original na Área de Finanças da Contratante, localizada no Prédio da Diretoria Geral da Administração-DGA situada na Praça das Bandeiras, nº45, Quadra 2, Prédio 1 - Cidade Universitária "Zeferino Vaz".

4.4. A garantia contratual deverá ser renovada no caso de prorrogação do prazo de vigência do contrato.

4.5. A garantia será devolvida quando da extinção do contrato, desde que a mesma não tenha sido perdida em favor da Contratante, e após a verificação de que todas as condições aqui estabelecidas foram devida e perfeitamente cumpridas.

CLAUSULA CINCO – DO PAGAMENTO

5.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias contados da data de cada medição e sua aprovação, mediante a apresentação dos documentos fiscais competentes sendo vedada a

colocação em cobrança ou sua negociação junto às instituições financeiras (Cláusula não a ordem), ou negociação com outras empresas.

5.1.1. O pagamento será efetuado mediante depósito no Banco do Brasil S/A, Agência _____ e Conta Corrente n° _____, sob a titularidade da Contratada, nos termos do Decreto Estadual n° 55.357/2010.

5.2. É condição à realização do pagamento a entrega, pela Contratada, na **Divisão de Contratos – DGA**, no prazo de até **3 (três) dias** contados da data de aprovação da medição, os seguintes documentos:

- a) nota fiscal, fatura e duplicata sem quitar, ou declaração da não emissão com base em dispositivos legais;
- b) relação nominal dos funcionários alocados no serviço;
- c) cópia da folha de pagamento;
- d) diário de obra devidamente preenchido do mês em referência;
- e) recolhimentos legais (INSS e FGTS) efetuados no mês anterior ao faturamento, como condição de liberação dos pagamentos;

5.2.1. Na hipótese de constatação de irregularidade nos documentos (no todo ou em parte), a contagem do prazo de pagamento terá início a partir da data da entrega dos documentos regularizados.

5.3. Em atendimento ao artigo 31 da Lei federal n° 8.212, de 24.07.91, alterado pela Lei federal n° 11.933, de 24/04/2009 e Instrução Normativa RFB n° 971 de 13 de novembro de 2009, a Contratante procederá a retenção do valor dos serviços indicados na nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente, obrigando-se a recolher em nome da Contratada a importância retida até o dia 20 (vinte) do mês subsequente ao da emissão do respectivo documento de cobrança ou no próximo dia útil, caso esse não o seja, nos termos dos artigos 112 e 129 da referida Instrução.

5.4. Quando da emissão da nota fiscal, fatura, recibo ou documento equivalente a Contratada deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA A SEGURIDADE SOCIAL", conforme determina o art. 126 da Instrução Normativa citada no subitem anterior.

5.5. A falta de destaque do valor da retenção no documento fiscal constitui infração ao disposto no § 1º do art. 31 da Lei federal n° 8.212/91 e impossibilitará a Contratada a efetuar sua compensação junto ao INSS, ficando a critério da Contratante proceder a retenção/recolhimento sobre o valor bruto dos serviços ou devolver o documento à Contratada, para correção.

5.6. A Contratante emitirá uma Guia da Previdência Social – GPS específica, sendo que na hipótese de emissão no mesmo mês, de mais de um documento de cobrança, a Contratante reserva o direito de consolidar o recolhimento dos valores retidos em uma única Guia.

5.7. Os valores correspondentes a eventuais danos materiais, provocados por culpa dos funcionários da Contratada, serão objetos de desconto do seu pagamento, observado o direito a ampla defesa e o contraditório.

5.8. O valor do serviço realizado deverá referir-se apenas a itens ou a atividades incluídas no Cronograma Físico-Financeiro, sendo que itens do serviço para os quais nenhuma tarifa ou preço tenha sido cotado não serão pagos, considerando-os cobertos por outros preços e tarifas.

CLÁUSULA SEIS – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Iniciar a execução do contrato imediatamente após a sua assinatura, devendo o serviço ser iniciado na data determinada pela Contratante na reunião técnica de início do serviço, a ser agendada mediante convocação formal, a qual está vinculada à análise e aprovação dos documentos relacionados no subitem 6.23.

6.2. Executar os serviços atendendo integralmente as normas da ABNT e demais normas técnicas pertinentes, bem como as especificações dos fabricantes dos materiais/equipamentos e as condições exigidas pela Contratante.

6.3. Fornecer e utilizar na execução do serviço equipamentos e mão-de-obra adequada, bem como materiais novos e de primeira qualidade necessários à sua perfeita e integral execução dos serviços e discriminados no Anexo I, os quais deverão satisfazer os padrões aconselhados pela técnica moderna.

6.4. Apresentar, antes de iniciar qualquer atividade para a execução do serviço:

6.4.1. Guia de Recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), original ou por cópia autenticada, junto ao CREA/CAU referente à execução dos serviços, constando o nome e local do serviço, área e número do processo licitatório da Contratante;

6.4.2. Protocolo de comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, conforme disposto na NR 18.

6.5. Instalar o canteiro de obras atendendo todas as exigências contidas na **NR-18**.

6.6. Instalar placa indicativa do serviço, devendo constar o nome da empresa e do responsável técnico com o respectivo número de registro junto ao CREA/CAU, nos termos do Artigo 16 da Lei federal n° 5194/66.

6.7. Isolar o canteiro de obras com alambrado ou o que for determinado pela fiscalização da Seção de Segurança do Trabalho da Unicamp, devendo o mesmo ser retirado quando do término do serviço.

6.8. Exonerar a Contratante de toda e qualquer responsabilidade relativa a danos ou prejuízos que lhes sejam causados pelas empresas que subcontratar. As responsabilidades serão recíprocas e exclusivas da contratada e suas subcontratadas.

6.9. Reparar por sua conta ou de seu Segurador os danos causados a terceiros decorrentes da execução do serviço.

6.10. Manter no local da execução do serviço cronograma físico-financeiro atualizado, planilha orçamentária, o memorial descritivo contido no Anexo I – Pasta Técnica do Edital, especificações técnicas, cópia das medições e o “Diário de Obra” com, no mínimo duas vias, para lançamento diário das ocorrências.

- 6.10.1. No “Diário de Obra” deverá ser lançado também, o histórico técnico detalhado dos serviços em execução, o período de chuvas (hora do início e do término) e a relação nominal e diária de todos os funcionários da Contratada que trabalharão no local.
- 6.11. Executar o serviço de acordo com as Especificações Técnicas.
- 6.12. Notificar a Contratante sobre qualquer objeto de valor histórico ou significativo, encontrado no "Canteiro de Obra", devendo a ela ser entregue por ser de sua propriedade.
- 6.13. Permitir à Equipe de Fiscalização da Contratante, acesso ao local da execução do serviço.
- 6.14. Comunicar, por escrito, todos e quaisquer obstáculos e imprevistos ocorridos durante a execução do serviço, bem como a alteração da programação apresentada junto com a proposta, cabendo à Contratante opinar e decidir sobre os mesmos.
- 6.15. É obrigatória a presença do Engenheiro Civil ou Arquiteto ou Urbanista responsável no serviço pelo menos 3 (três) vezes por semana, cujo controle será feito por meio de atas de reuniões (previamente agendadas) a serem realizadas com a Equipe de Fiscalização no próprio serviço ou com a CPO.
- 6.15.1. Manter no canteiro um **Engenheiro Civil ou Arquiteto residente** que, na ausência do engenheiro civil ou arquiteto responsável, responderá pelo mesmo perante a Equipe de Fiscalização.
- 6.15.2. Credenciar o engenheiro civil ou arquiteto ou urbanista responsável pelo acompanhamento dos serviços, bem como o **Engenheiro Civil ou Arquiteto residente**, junto a Contratante, constando o nome, número do documento de Identidade e da inscrição no CREA ou CAU, telefone e fax para contato.
- 6.15.3. Será permitido pela Equipe de Fiscalização um número máximo de 02 (dois) serviços dentro do Campus por **Engenheiro Civil ou Arquiteto residente**.
- 6.16. Dar prévio conhecimento à Equipe de Fiscalização da Contratada das ocorrências nas frentes e fases do serviço, a fim de se obter o melhor rendimento sem prejuízo da boa execução do mesmo.
- 6.17. Fornecer e utilizar ferramentas, equipamentos e todos os insumos necessários e adequados à realização do serviço, de acordo com o seu objetivo e com o apresentado na proposta.
- 6.18. Responsabilizar-se pelo(a):
- a) instalação e manutenção do canteiro de obras, incluindo vestiários, sanitários e área de vivência, em conformidade com as normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
 - b) planejamento da execução do serviço nos seus aspectos administrativos e técnicos, conforme programação física específica dos mesmos;
 - c) segurança de todas as atividades no local da execução do serviço;
 - d) abrigo, guarda e manutenção de seus equipamentos;
 - e) preparo de materiais, transportes dentro e fora do serviço, na vertical e horizontal;

f) transporte e alimentação de seus funcionários, sendo terminantemente vedado o pernoite de funcionários no serviço;

g) pagamentos de quaisquer verbas decorrentes da relação empregatícia com seus funcionários que irão executar o serviço, tais como: salários, vantagens, verbas rescisórias, encargos, inclusive sociais e previdenciários, por ela devendo responder judicial e/ou extrajudicialmente, afastada qualquer hipótese de vínculo empregatício entre seus funcionários e a Contratante;

h) acidentes na execução do serviço, inclusive quanto às redes de serviços públicos, o uso indevido de patentes, e, ainda, por fatos que resultem na destruição ou danificação do serviço, estendendo-se tal responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo do Serviço” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

i) estabilidade do serviço e o perfeito e eficiente funcionamento de todas as suas instalações que, na forma da lei, subsistirá mesmo após a aceitação provisória ou definitiva do serviço;

j) encargos fiscais, seguro, frete, tributos e outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste contrato ou no seu transporte.

k) qualidade e quantidade dos materiais empregados, assim como o processo de sua utilização, cabendo-lhe, inclusive, executar os serviços não aceitos pela Equipe de Fiscalização e que devam ser refeitos;

l) correção dos defeitos notificados pela Contratante, no prazo de 20 (vinte) dias úteis da data do recebimento da notificação.

6.19. Cumprir fielmente as suas expensas as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde do Trabalhador, do Ministério do Trabalho.

6.20. Apresentar no início da execução do serviço, a CTPS dos funcionários que irão trabalhar no local, devidamente registrada e em ordem.

6.21. Responder pelas condições de higiene e saúde de seus funcionários.

6.22. Fornecer equipamentos de segurança (EPI's e EPC's) aos seus funcionários.

6.23. Entregar à Segurança do Trabalho/DSSO, com 2 (dois) dias úteis de antecedência da data de integração, conforme previsto no Manual de Segurança para Contratados, os documentos abaixo relacionados, para emissão de crachás específicos:

a) duas fotos 3x4 datadas e recentes de todos os funcionários que irão trabalhar no serviço;

b) cópia autenticada ou simples mediante apresentação do original para cotejo, de:

b.1) cartão do CNPJ;

b.2) comprovante de vínculo empregatício através de livro de registros ou ficha de registro da empresa, de todos os seus funcionários que trabalharão no local;

b.3) atestado médico de saúde ocupacional emitido pelo médico do Trabalho, dentro do prazo de validade de um ano da sua emissão, de todos os funcionários que trabalharão no local;

b.4) via da Contratante da ART ou RRT devidamente preenchida e quitada de todos os serviços contratados;

b.5) treinamento de segurança no trabalho conforme a NR-18 do Ministério do Trabalho, no caso da Contratante não ter disponibilidade para promover a Integração de Segurança no Trabalho.

6.23.1. Na hipótese de subempreitada, as subempreiteiras deverão apresentar toda a documentação acima relacionada, bem como o Termo de Contrato firmado com a Contratada por cópias autenticadas ou simples junto com o original para cotejo.

6.24. Realizar, às suas expensas, a remoção de entulhos e materiais inservíveis gerados durante a execução do serviço, devendo o canteiro de obras estar sempre limpo e desobstruído, sendo vedado o acúmulo de entulho ou qualquer outro material de descarte sobre as áreas comuns, vias de circulação ou gramados.

6.25. Colocar número de funcionários necessários ao cumprimento do prazo de execução do serviço, cujos encargos responderá unilateralmente em toda sua plenitude.

6.26. Desmobilizar o canteiro e efetuar a limpeza final do serviço, inclusive a remoção do material inservível e do entulho gerado, para fora do Campus, através de caçambas apropriadas e locadas pela Contratada ou, ainda, por meio de caminhão basculante. A limpeza compreende também, todo o esparrame e acerto da terra excedente, de forma que o terreno fique pronto para o plantio de gramas.

6.26.1. A desmobilização compreende a retirada de todos os materiais, ferramentas e equipamentos de propriedade da Contratada, que por ventura ainda estejam no serviço. A Contratada fará a remoção e dará destinação final aos materiais considerados inservíveis e àqueles provenientes da limpeza do serviço de acordo com o estabelecido na Resolução 307 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. A Contratada deverá solicitar por escrito a inspeção final dos serviços à Fiscalização da Contratante.

6.27. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus funcionários acidentados ou com mal súbito.

6.28. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante.

6.29. Executar o serviço na forma estabelecida no Projeto Básico, Cronograma Físico-Financeiro e demais documentos integrantes do edital, bem como sua proposta, sendo que a mesma será fiscalizada pela Equipe de Fiscalização da Contratante, a qual será designada na ocasião oportuna.

6.30. Entregar à Contratante, após conclusão das instalações, um jogo de relatórios que contenha garantias das peças, desenhos “as built”, memórias de cálculo, quando for o caso (os arquivos eletrônicos em autocad em dwg e plt deverão ser entregues na conclusão da obra).

6.31. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.32. Fornecer, na entrega do serviço, todos os projetos atualizados com as alterações eventualmente efetuadas durante a execução dos mesmos.

6.33. Atender as determinações contidas no Decreto Estadual n° 49.674 de 06 de junho de 2005.

CLÁUSULA SETE – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Exercer a fiscalização do serviço pela Equipe de Fiscalização, especialmente designada.

7.2. Determinar, por intermédio da Equipe de Fiscalização, o afastamento imediato de preposto ou de qualquer funcionário da Contratada, caso constate inoperância, desleixo, incapacidade, falta de exatidão, ato desabonador ou outros motivos, bem como subempreiteiras ou subcontratados que não satisfizerem as necessidades do serviço.

7.3. Determinar a paralisação do serviço por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou por motivo de inobservância ou de desobediência às ordens e instruções, cabendo a Contratada os ônus e encargos decorrentes da paralisação.

7.3.1. A paralisação vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo à fiscalização formalizar sua suspensão.

7.4. Realizar, por intermédio da Equipe de Fiscalização, acompanhada pelo representante legal da Contratada, e mediante agendamento prévio, medição do serviço executado, até o 4º (quarto) dia útil do mês imediatamente posterior à sua execução.

7.4.1. Não serão medidos os materiais depositados no serviço.

7.5. Destinar local para a instalação do Canteiro de Obras.

7.6. Examinar as Carteiras Profissionais – CTPS dos funcionários que irão prestar os serviços, para comprovar o registro de função profissional.

7.7. Resolver as dúvidas e questões expostas pela Contratada, dando-lhe soluções rápidas e adequadas.

CLÁUSULA OITO – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Caso haja necessidade de modificações, em consequência das condições locais, estas só poderão ocorrer após a devida autorização da fiscalização da Contratante, bem como do projetista responsável, sendo que as modificações deverão ser acrescentadas nos desenhos definitivos. Todas as eventuais modificações havidas no projeto durante a execução do Objeto serão documentadas pela Contratada, que registrará as revisões e complementações dos elementos integrantes do projeto, incluindo os desenhos “como construído”.

8.2. Todos os materiais e equipamentos especificados com marcas e tipos nos projetos fornecidos pela Contratante ou na proposta da Contratada somente poderão ser substituídos por outros no caso de comprovação de similaridade, realizada por instituição especializada e mediante o aceite da Contratante.

8.3. A Contratante poderá contratar outras empresas simultaneamente e para o mesmo local do serviço, para a execução de serviços distintos daqueles abrangidos por esse contrato. Nesse caso, a Contratada não poderá impor quaisquer dificuldades à introdução de materiais,

equipamentos e pessoal na área, para a prestação destes serviços ou de concessionárias de serviços públicos.

8.4. A troca de informações e correspondências entre as partes contratantes, bem como toda e qualquer instrução, deve ser feita por escrito e registrada no “Diário de Obras”. Todos os expedientes escritos, após seu registro, serão encaminhados à Contratada, acompanhados de parecer da Equipe Técnica, para decisão.

8.5. Qualquer erro ou imperícia na execução do serviço e constatado pela Equipe de Fiscalização ou pela própria Contratada, obrigará a mesma, por sua conta e risco, a correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro tenha resultado da insuficiência dos levantamentos.

8.6. A Contratada poderá discordar de qualquer ato praticado pela Equipe de Fiscalização, devendo se manifestar, por escrito, no prazo máximo de 4 (quatro) dias contados da data do recebimento do documento emitido pela Equipe de Fiscalização.

8.6.1. Protocolada a manifestação da Contratada, a Contratante, no menor prazo possível, reconsiderará ou não a decisão anterior, cujo ato será comunicado à Contratada, por escrito.

8.6.2. Mantida a decisão a Contratada poderá interpor recurso no prazo de 5 (cinco) dias contados da data do recebimento da comunicação.

8.6.3. Recebido o recurso a Contratante, no prazo de até 15 (quinze) dias apreciará a matéria e resolverá a pendência, dando ciência a Contratada, por escrito.

8.7. No caso de recurso improcedente a Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, poderá interpor novo recurso junto a Contratante, por intermédio da CPO que nomeará Comissão de Vistoria e Peritagem para elaboração de laudo.

8.7.1. Referida Comissão será composta por três membros de comprovada aptidão e idoneidade, sendo o primeiro escolhido entre pessoas alheias às partes, o segundo pertencente ao quadro técnico da Contratante e o terceiro indicado pela Contratada.

8.7.2. Cada parte arcará com os custos do perito pertencente ao seu quadro de funcionários, sendo que o perito alheio às partes será pago pelo requerente da perícia, cabendo-lhe ainda, as demais despesas a ela pertinentes.

8.8. Compete ao primeiro perito dirigir os trabalhos de vistoria e perícia e elaborar laudo conclusivo sobre a matéria, objeto do recurso, sendo que no caso de conclusões diferentes, cada perito deverá apresentar laudo em separado.

8.9. A Contratante poderá homologar, no todo ou parte, o laudo pericial, ou adotar, de igual modo, um dos laudos, quando discordantes, ou rejeitá-los, ficando a matéria divergente, neste caso insubsistente na esfera administrativa.

8.10. A existência de matéria divergente não poderá, em hipótese alguma, justificar a paralisação da execução dos serviços, ressalvadas a etapa que deu origem à questão.

8.11. Resolvido ato questionado ou declarado procedente o recurso a divergência, deverá constar do laudo técnico a justificativa para a prorrogação de prazo, se for o caso, devido a paralisação da etapa em questão.

8.12. Na hipótese de recurso improcedente, a Contratada arcará com todos os ônus decorrentes da paralisação da etapa do serviço, aplicando-se, em caso de atraso na execução do mesmo, as sanções previstas na Lei federal n° 8.666/93 e Portaria GR n° 248/98.

8.13. À Contratada caberá a responsabilidade total pela execução do serviço; igual responsabilidade lhe caberá pelos demais compromissos assumidos com a Contratante e executados por terceiros sob sua administração, não havendo qualquer vínculo contratual entre a Contratante e eventuais subempreiteiras.

8.14. Apenas em casos excepcionais, julgados pela fiscalização, será permitida a execução de serviços aos domingos, feriados e dias de expedientes suspensos na Universidade, conforme calendário por ela divulgado. As solicitações deverão ser feitas, por escrito, com pelo menos três dias úteis de antecedência da data pleiteada.

8.15. A subcontratação de parte do objeto do contrato poderá ser concretizada mediante prévia e expressa autorização da Contratante, sob pena de, assim não o fazendo, ficar a Contratada sujeita a multa de 10% do valor subcontratado.

8.16. O pedido de subcontratação deverá ser apresentado pela Contratada com 15 (quinze) dias de antecedência à formalização do ato, instruído com atestado de capacidade técnica da empresa a ser contratada.

8.17. A autorização da subcontratação ficará condicionada a verificação, pela Internet, da Regularidade da subcontratada junto ao INSS e FGTS.

8.18. A supervisão e coordenação das atividades da(s) subcontratada(s) serão de responsabilidade da Contratada que responderá perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

8.19. A Contratante reserva-se o direito de exigir ensaios laboratoriais complementares dos materiais a serem empregados na execução dos serviços, cujos ensaios serão realizados em laboratório de sua escolha, sendo os custos ônus da Contratada. No caso de reprovação do material submetido ao ensaio, será obrigatória a imediata substituição sem ônus adicional à Contratante.

8.20. Da data de início do serviço até a data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo, são imputáveis à Contratada os seguintes riscos:

a) dano pessoal, morte, ou perdas e danos materiais, originados de:

a.1) uso ou ocupação do Local do Serviço pela Contratada;

a.2) infração a leis, normas, posturas, ou direitos protegidos por lei, imputável a Contratada ou qualquer pessoa contratada por ele, exceto a UNICAMP;

b) danos ao serviço, Canteiro de Obras, Materiais e Equipamentos, por interferência da Contratada.

CLÁUSULA NOVE – DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

9.1. Não obstante a Contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o serviço, à Contratante fica reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o serviço, por prepostos designados, podendo ordenar a imediata retirada do local de

funcionários da Contratada, bem como a substituição dos que estiverem sem o crachá, embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

9.2. A Contratada garantirá os serviços por ela executados, nos termos do Artigo 618 da Lei Federal 10406 de 10/01/2002. Neste período, os serviços que apresentarem defeitos deverão ser refeitos rapidamente. Não estão incluídos os casos de má conservação ou uso inadequado das instalações.

CLÁUSULA DEZ – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

10.1. O serviço será recebido provisoriamente no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data da solicitação da Contratada.

10.2. O recebimento definitivo ocorrerá após o prazo de observação de 90 (noventa) dias contados da data do recebimento provisório.

10.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo presente instrumento contratual.

CLÁUSULA ONZE – DA RESCISÃO

11.1. O presente Contrato poderá ser rescindido caso venha a ocorrer qualquer um dos motivos elencados no artigo 78 e na forma do artigo 79 da Lei federal n° 8.666/93.

11.2. A Contratada reconhece, desde já, os direitos da Contratante na ocorrência da rescisão administrativa prevista no artigo 77 da Lei federal n° 8.666/93.

CLÁUSULA DOZE – DAS SANÇÕES

12.1. A Contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Capítulo IV, Seção II da Lei federal n° 8.666/93 e alterações posteriores, estará sujeita ainda, às seguintes multas, cujo cálculo tomará por base o valor contratual:

a) multa de mora diária em relação aos prazos fixados: 0,1% (zero vírgula um pontos percentuais) sobre o valor contratual, por atraso de até 30 (trinta) dias;

b) multa de mora diária: 0,2% (zero vírgula dois pontos percentuais) sobre o valor contratual, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso limitados esses atrasos a 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato;

b.1) os atrasos superiores a 60 (sessenta) dias serão considerados como inexecução total ou parcial do contrato para fins de aplicação de multa compensatória de até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor total ou parcial do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato à critério da Unicamp;

c) multa pelo descumprimento de cláusula constante no edital ou no instrumento contratual: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

d) multa por desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato: até 2,5% (dois vírgula cinco pontos

percentuais) sobre o valor contratual da parte executada, em execução ou inexecutada, conforme o caso;

e) multa compensatória pela inexecução parcial do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual da parte inexecutada;

f) multa compensatória pela inexecução total do contrato: até 50% (cinquenta pontos percentuais) sobre o valor contratual.

12.2. As importâncias relativas às multas, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, serão descontadas do pagamento a que tiver direito a Contratada, respondendo igualmente pelas mesmas a garantia prestada.

12.3. A Contratada estará, ainda, sujeita às sanções penais previstas na Seção III, do Capítulo IV, da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

12.4. A aplicação da penalidade capitulada nos subitens acima é independente e a aplicação de uma não exclui a das demais e não impossibilitará a incidência de outras sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87 da Lei federal nº 8666/93 e na Portaria GR nº 248, de 06/10/98, publicada no DOE de 07/10/98 e disponível na internet no endereço; http://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=798.

12.5. A falta de cumprimento das obrigações assumidas ou a incidência do comportamento descrito no art. 78 da Lei federal nº 8.666/93, ensejará a rescisão unilateral do instrumento contratual, independentemente de interpelação judicial, sendo aplicáveis, ainda, as disposições contidas nos artigos 79 e 80 da mesma legislação.

12.6. As penalidades previstas neste item têm caráter administrativo e sua aplicação não exime a Contratada da reparação de eventuais perdas e danos que venha acarretar à Unicamp.

12.7. Na aplicação de penalidades, rescisão unilateral do instrumento contratual, deverá ser observado o direito da ampla defesa e do contraditório.

CLÁUSULA TREZE – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Campinas, Estado de São Paulo, para dirimir as dúvidas ou controvérsias do presente Contrato que não puderem ser resolvidas administrativamente pelas partes.

E, por estarem, assim as partes justas e contratadas assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e único efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Campinas, de de

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

1 - _____

2 - _____